



Maluquices brasileiras autoritárias

» SACHA CAMON

Advogado, coordenador da especialização em direito tributário das Faculdades Milton Campos, ex-professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF) no Rio de Janeiro

Nação arcaica continua a reverberar a caipirice nacional que martiriza a língua portuguesa, tipo “prá mim fazer”, mas se obriga a pronunciar corretamente as palavras estrangeiras normalmente inglesas e algumas francesas. Temos uma religiosidade avessa ao capitalismo e, supostamente, aos “bens materiais” (a ausência deles é a pobreza, a vida sub-humana).

O Brasil escancara seu apego ao “papel passado”, aos carimbos da burocracia. Somos como Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, abusado, desorganizado, improvisador. Os maiores vieses do arcaísmo são desconhecer a Constituição, a corrupção endêmica (ganhar sem trabalhar para folgar...) e o culto ao poder paternalista e policial do Estado, com seu fiscalismo onipresente, a tratar os contribuintes como reles sonegadores. O ser cidadão contribuinte não entrou em nossa mente colonizada. É pela seara do tributo que daremos revista em algumas maluquices nacionais.

Não bastasse a penhora on-line, que mete a mão em dinheiro depositado nos bancos sem pedir licença, desorganizando o caixa das empresas, os fiscos querem “protestar” as certidões de dívida ativa nos cartórios para todo mundo ficar sabendo, levando o empresário à lona (na outra ponta, os bens do Estado são impenhoráveis, daí os suplicantes precatórios, títulos padres). Quem tiver o nome inscrito no protesto é levado à Serasa e ao SPC, não conseguirá tomar dinheiro nos bancos nem comprará dos fornecedores à prazo, somente à vista.

É como, deliberadamente, condenar o contribuinte à falência. Mas o Código Tributário Nacional, de superior hierarquia jurídica, dispõe: “Art. 198. sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades”.

Aproveitando sua competência para legislar sobre direito registral, a União publicou a Lei Federal nº 12.767, estipulando como títulos sujeitos a protesto a Certidão de Dívida Ativa (CDA) da União, dos estados e dos municípios. A Fazenda tem outros meios previstos na Lei de Execuções Fiscais — como



indicar bem a penhora — para pressionar o devedor a pagar suas dívidas. Esses protestos têm natureza de sanção política e inviabilizam a atividade econômica do contribuinte. Existem diversas súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF) que vetam medidas semelhantes como forma de coagir o devedor.

Vejamos outra loucura: a Lei nº 12.683/2012, com a finalidade de combater o crime de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, quer tornar todo mundo delator. O art. 9º estabelece a listagem das obrigações impostas às pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, em operações: “a) de compra e venda de imóveis, estabelecimentos comerciais ou industriais ou participações societárias de qualquer natureza; b) de gestão de fundos, valores mobiliários ou outros ativos; c) de abertura ou gestão de contas bancárias, de poupança, investimento ou de valores mobiliários; d) de criação, exploração ou gestão de sociedades de qualquer natureza, fundações, fundos fiduciários ou estruturas análogas; e) financeiras, societárias ou imobiliárias; e f) de alienação ou aquisição de direitos sobre contratos relacionados a atividades desportivas ou artísticas profissionais”.

As pessoas referidas deverão comunicar ao Coaf operações que julguem suspeitas, abstendo-se de dar ciência de tal ato a qualquer pessoa, inclusive àquela à qual se refira a informação, no prazo de 24 horas. Os advogados, o respeito é evidente, não foram incluídos na lei, porque a legislação específica lhes impõe o sigilo profissional, não podem delatar os clientes. A mesma regra de sigilo existe na lei de regência da profissão contábil e de outras profissões regulamentadas (evidente que estão sendo desrespeitadas).

O professor Janir Adir, advogado e contabilista, aduz: “O governo do país, fechando os olhos às próprias mazelas, transfere aos particulares as tarefas de fiscalização e controle cuja responsabilidade é do Estado, atribuindo-lhes a missão até mesmo de avaliação das operações e sua caracterização como ‘suspeita’, e finalmente transformando-os em delatores”.

Quem conhece bem a história haverá de lembrar-se do fascismo e do nazismo. As maluquices tupiniquins são de outra natureza, são coisas do ABC paulista, dos pagos lá do Rio Grande do Sul, de Macunaíma mesmo. Ao Brasil faltam os dois requisitos fundamentais de uma boa governança: gestão e coordenação. Quem achar que a governança do país é regular certamente tem a cabeça desregulada.

População, alimentos, assimetrias e oportunidades

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Presidente da Embrapa

Tão preocupante quanto o aumento no número de habitantes do planeta — em 2050, seremos mais que 9 bilhões de pessoas, 70% em centros urbanos — é o descompasso que existe no fato de que a população crescerá mais em regiões com baixa capacidade de ampliar a produção agrícola.

A ousadia de a vida se multiplicar em locais em que há falta de alimentos é um desequilíbrio que aqui chamamos de assimetria. Para a maioria das espécies, obedientes à regulação da natureza, o normal é a vida florescer onde há fartura de alimentos. Mas, com gente é diferente, já nos ensinou Jair Rodrigues, em *Disparada*: gente não gosta de ser regulada, gosta de ter liberdade para ousar e errar.

Sob condições favoráveis, as pessoas se organizam para produzir com eficiência e garantir sua segurança alimentar. Elas controlam os fatores de produção e de sobrevivência. Reduzem a mortalidade, aumentam a longevidade e, para manter o equilíbrio entre oferta e demanda por alimentos, controlam a natalidade. E há aquelas que, nos desertos ou nas geleiras, com restrições para produzir alimentos e mesmo sem controles de natalidade e de mortalidade, conseguem superar os limites da natureza e fazer suas populações crescerem.

Na Ásia, a China e a Índia, duas entre as três nações maiores produtoras de grãos, com sólidas políticas públicas e investimentos em ciência, já usam grande parte

de suas terras aráveis. A maioria dos países da região convive com restrições para expansão da área agrícola e com poucos investimentos em ciência e tecnologia. A África tem muitas terras agricultáveis, mas ainda depende de um amplo esforço de geração e adoção de tecnologias para obter ganhos consistentes de produtividade nas lavouras, eficiência no uso de recursos e estabilidade na produção. Mudanças estruturais profundas, como construção da infraestrutura de produção, são necessárias.

É possível prever, nesses dois continentes, crescente desequilíbrio entre o aumento da população, a sofisticação da demanda (com a melhoria na renda familiar) e a disponibilidade de áreas para maior produção agrícola. A demanda por alimentos, nas próximas duas décadas, deve crescer mais que a capacidade de ofertá-los.

Tudo isso impactará o mercado de alimentos, em quantidade e qualidade, abrindo novas perspectivas para o Brasil (quarto maior produtor de grãos) e países sul-americanos, que retêm condições para a expansão da produção agrícola. Os avanços da produção local vão garantir a segurança alimentar dos brasileiros e podem suprir a parcela significativa dessa nova demanda internacional. Mas não será tarefa simples.

O Brasil terá que aumentar ainda mais a produtividade na agricultura e na pecuária, o que vai requerer novas tecnologias do tipo “potupa recursos” (terra, água etc.). Só assim poderá liberar pastagens degradadas para

cultivo de grãos. Será necessário investir no amplo campo das “novas ciências” (nano, bio e geotecnologias), automação e mecanização, para aumentar a produtividade do trabalho e consolidar a agricultura de precisão em propriedades de médio e pequeno porte, ajudando-os a poupar insumos e a viabilizar novos modelos de negócios agrícolas sustentáveis. Inovações em tecnologias da informação e comunicação terão que ajudar mais produtores, sobretudo os de pequeno porte, a participarem desse crescimento.

A intensificação da produção e da movimentação de safras vai pressionar a logística de transporte e armazenagem. Os alimentos terão que circular de forma mais intensa pelo mundo, com implicações para a produção, o comércio, a defesa agropecuária, a segurança dos alimentos e a pesquisa agrícola mundial. O Brasil terá que estreitar a malha de monitoramento de pragas e doenças e ser mais ágil em operacionalizar as estratégias de segurança biológica.

Enfim, mudanças cada vez mais rápidas, em cenários mais móveis e complexos. Garantir que assimetrias se transformem em oportunidades para os brasileiros exige que o país aumente a sua capacidade de antecipar mudanças e de redefinir o foco de intervenção dos setores público e privado. Requer, também, mais inteligência estratégica para antecipar e planejar, em vez de simplesmente reagir. Significa a chance de aprofundar a profissionalização da agricultura brasileira. Não é oportunidade que se perca.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

ariacunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.dfgabr.com.br

Papai Noel e o presente de grego

Duas pautas políticas em discussão na Câmara Legislativa são aguardadas pelos brasilienses, que serão presenteados neste Natal com caixas de Pandora embrulhadas em papel reluzente. Dependendo do GDF e da bancada de apoio, esses pacotes já estão prontos, faltando apenas ser remetidos, via Papai Noel. Ao apagar das luzes, virá a surpresa. Na primeira caixa vai a Lei distrital nº 5.209/13, que permite ao GDF — leia-se o contribuinte — arcar com as dívidas trabalhistas e as rescisões contratuais dos mais de 11 mil motoristas e cobradores das 13 empresas privadas de transporte público dispensadas na última licitação para o setor. Em seguidas enquetes feitas com os usuários desse transporte, ficou mais do que evidente a reprovação absoluta, pela má qualidade dos serviços que vinham sendo prestados por essas empresas durante mais de quatro décadas. Ao passageiro e contribuinte maltratados, restou uma conta de R\$ 113 milhões, devidamente embrulhada em papel de seda. O segundo pacote vai para os empresários da construção civil, na forma de mudança de destinação e gabaritos para toda a área tombada de Brasília e arredores. São milhões de metros quadrados da cidade parque que serão entregues, próximo às eleições, à sanha desses empreendedores, por meio do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCub). A descaracterização completa da cidade, com o adensamento da população e a invasão de carros, o fim de muitas áreas verdes de lazer e a verticalização, estilo Águas Claras, é o que promete o plano. Ao contribuinte morador, ficará a conta, muito mais danosa, da destruição da qualidade de vida, do inchaço da cidade e do aumento da violência. No laço vermelho virá um bilhete com votos de Feliz Natal e o comunicado do reajuste do IPTU. Pelo menos economizará em postagem. (Circe Cunha)

»» A frase que foi pronunciada

“Inscrição obrigatória de parlamentares no programa Conte até 10.”

Mãe horrorizada com o comportamento dos deputados federais na presença do filho de 10 anos.

MPE

» Um dos principais problemas da Petrobras hoje é a insuficiência de refinarias. Daí os investimentos na expansão dessa capacidade produtiva há vários anos. O problema é que não há cronograma para a entrega das obras. A MPE Montagens e Projetos Especiais, por exemplo, está com vários milhões de reais em títulos protestados. Não tem dinheiro para comprar um parafuso. Como essa empresa ainda consegue continuar prestando serviços para empresas públicas, ninguém sabe. Ainda.

PL 122

» Um dos pontos polêmicos do PL 122, sobre a criminalização da homofobia, é que religiosos só poderão condenar a prática quando estiverem falando dentro do templo. É proibido ser contra o homossexualismo. Assim interpretaram o projeto do senador Paim, que confessou estar horrorizado com os colegas que dizem uma coisa para os holofotes e outra ao pé do ouvido.

Explicação

» A assessoria da senadora Ana Rita esclarece à coluna que requerimento do senador Eduardo Lopes que solicita o apensamento do PL 122 ao projeto do novo Código Penal deverá ser votado no plenário do Senado na próxima quarta-feira, dia 11, conforme definido pelo

presidente da Casa, Renan Calheiros. Para que a votação ocorra, é preciso que seja encaminhado o processo, que está na CDH, para o plenário.

Praxe

» Como o PL 122 está na pauta há mais de 15 dias, não foi possível fazer o encaminhamento antes que a CDH deliberasse, o que deverá ser feito na próxima semana. Vale lembrar que a presidente da comissão, senadora Ana Rita, seguiu a praxe das comissões, em que projetos na pauta não podem ser retirados por requerimentos com intenção protelatória e que não buscam uma solução para o projeto.

Espelho meu

» Faz seis meses que o bicicletário entre a 204 e 304 Sul está lacrado. Quem está aproveitando o abrigo são os moradores de rua. A equipe da Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social do Distrito Federal vai verificar se há indícios de invasão de prédio público. O certo seria verificar se há falta de gestão do dinheiro público.

Preocupação

» “Não seja um laranja.” É esse o chamariz adotado pela Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e pela Fecomércio. As duas instituições sentiram essa necessidade, pelo índice alarmante de denúncias contra crimes de falsidade ideológica.

»» História de Brasília

Esta é sobre futebol. O Madureira está no exterior, cumprindo excelente temporada. Como não houve resultado financeiro, a diretoria do clube está tentando vender jogadores, para que a comitiva possa regressar ao Brasil. (Publicado em 5/7/1961)